

PROFISSIONALIZAÇÃO DE TRADUTORES/INTÉRPRETES DE LÍNGUA DE SINAIS NA CIDADE DE PELOTAS/RS: UM PERCURSO NARRADO

THE PROFESSIONALIZATION OF SIGN LANGUAGE TRANSLATORS / INTERPRETERS IN THE CITY OF PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL, BRAZIL: A NARRATED COURSE



Daiana San Martins GOULARTⁱ
Universidade Federal de Pelotas

Iara Tatiana BONINⁱⁱ
Universidade Luterana

Resumo: Neste artigo, são retomados alguns processos implicados na profissionalização dos tradutores/intérpretes de língua de sinais no extremo sul do país por meio de documentos históricos e, também, da narrativa de uma das primeiras profissionais de Libras a atuar na cidade de Pelotas/RS. A base empírica compreende documentos e normativas que orientam a profissão, dados oriundos de outros estudos acadêmicos e, ainda, transcrições de entrevista realizada com uma das primeiras tradutoras/intérpretes da região. Os resultados deste estudo permitem entender que os tradutores/intérpretes de língua de sinais foram gradativamente conquistando espaços e circunscrevendo um campo específico de atuação, conjuntamente negociado. Observa-se, nos documentos e normativas que orientam a atuação desses profissionais, um investimento na produção de um perfil com propósitos distintos em cada tempo e contexto histórico, e vislumbra-se uma mudança de ênfase: se antes tais documentos orientavam-se fortemente para a regulação da conduta do profissional, na atualidade, voltam-se para competências tradutórias e para o cumprimento de regras já consolidadas sobre a profissão. Os depoimentos orais de uma profissional com larga experiência possibilitaram recuperar alguns aspectos sobre a história da profissionalização dos tradutores/intérpretes na cidade de Pelotas/RS e permitiram entender como se estabeleceram os processos de avaliação e validação do trabalho destes profissionais, num tempo em que não havia, ainda, normativas específicas. Destaca-se, ainda, o caráter político da atuação dos tradutores/intérpretes de língua de sinais na articulação com as lutas empreendidas pelas comunidades surdas pelo reconhecimento, valorização e ampliação dos espaços de visibilidade da Língua Brasileira de Sinais no estado do Rio Grande do Sul.

Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais. Tradutor/Intérprete. Profissionalização.

Abstract: *The present article takes up some processes involved in the professionalization of sign language translators/interpreters in the South end of Brazil through historical documents and through the narrative of one of the first professionals of Libras to work in the city of Pelotas/RS. The empirical research includes documents and regulations that guided the profession. The data was collected from other academic studies and from transcriptions of an interview made with one of the first translators/interpreters. The results of this study allow us to understand how the sign language translators/interpreters were gradually conquering their space and circumscribing a specific field of action, jointly negotiated. An investment in the production of a profile with different purposes depending on the time and historical context has been observed in the documents and regulations that guide the work of these professionals, and a change of emphasis is identified: if such documents were previously strongly oriented towards the regulation of the professional's conduct, nowadays they are focused on the translation skills and to the fulfillment of consolidated rules of the profession. The oral testimony of a professional with extensive experience made it possible to recover some aspects about the history of the professionalization of translators/interpreters in the city of Pelotas, RS, allowing understanding how the processes of evaluation and validation of the work of these professionals were established, at a time when there were still no*

specific regulations. Finally, it highlights the political features of the professional's performance in articulation with the struggles undertaken by the deaf communities, in order to recognize, appreciate, expand, and grant visibility to the Brazilian sign language in Rio Grande do Sul.

Keywords: *Brazilian Sign Language. Translator/interpreter. Professionalization.*

RECEBIDO EM: 20 de março de 2018

ACEITO EM: 3 de dezembro de 2018

PUBLICADO EM: janeiro 2019

1. Palavras iniciais

A profissão dos tradutores/intérpretes de língua de sinais surge a partir das reivindicações das comunidades surdas brasileiras pelo reconhecimento da língua de sinais e pela acessibilidade em diversos contextos sociais. De acordo com Quadros (2004), a profissionalização dos tradutores/intérpretes de língua de sinais ocorre à medida que os sujeitos surdos conquistam espaços em diferentes instâncias sociais, culturais e educacionais que, até então, eram frequentadas somente por pessoas ouvintes.

56

Especialmente a partir dos anos 1990, os direitos das pessoas surdas vão sendo consolidados, culminando com o reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua materna das comunidades surdas brasileiras, através da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Três anos depois, o governo brasileiro publica o decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, dispondo, entre outros aspectos, sobre a formação necessária para atuar como tradutor/intérprete de Língua Brasileira de Sinais. Contudo, a profissão só é reconhecida e regulamentada em 2010, por meio da Lei nº 12.319/10, e, nesse mesmo ano, é inserida na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO do cargo nº 2614-25¹.

Em 2015, o governo brasileiro lança a Lei nº 13.146/15, denominada Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI. Esta é a primeira lei a mencionar uma formação diferenciada para os tradutores/intérpretes que atuam no sistema de ensino, e determina que aqueles que atuam na Educação Básica deverão ter formação em nível médio, com proficiência em Libras, enquanto que, para uma atuação em cursos de graduação, a formação mínima é o Ensino Superior, sendo desejável a habilitação em tradução e interpretação.

Esses são marcos importantes que impulsionaram a profissão e expandiram o espaço para uma discussão acadêmica nas áreas da tradução e interpretação e nas pesquisas em educação e língua de sinais. Entretanto, ao realizarmos uma revisão de literatura em busca dos dados relacionados à história dos tradutores/intérpretes de língua de sinais no país, não encontramos muitos nesta área. Ainda são escassas as pesquisas que se ocupam dos processos

GOULART, BONIN. *Profissionalização de tradutores/intérpretes de língua de sinais na cidade de Pelotas/RS: um percurso narrado*

Belas Infêis, v. 8, n. 1, p. 55-74, 2019. DOI: 10.26512/belasinfieis.v8.n1.2019.12821

de profissionalização de tradutores/intérpretes de Libras, sobretudo abordando a atuação e a formação desses profissionais no estado do Rio Grande do Sul.

Neste artigo, o objetivo é dar visibilidade a alguns processos implicados na profissionalização dos tradutores/intérpretes de língua de sinais e os caminhos percorridos pelas primeiras pessoas que atuaram nessa profissão na cidade de Pelotas/RS. A pesquisa empírica compreende documentos e normativas que orientam a profissão, dados oriundos de outros estudos acadêmicos e, para ampliar as possibilidades de análise histórica dos processos que constituem e legitimam a profissão, foi relevante recorrer também a fontes orais. Assim, incorpora-se ao estudo uma entrevista realizada com uma das primeiras tradutoras/intérpretes de língua de sinais a atuar na cidade de Pelotas/RS. As discussões apresentadas integram uma pesquisa mais ampla, desenvolvida e concluída no Mestrado em Educação, em 2017. Na sequência deste texto, apresentamos alguns dados históricos sobre tradutores/intérpretes de língua de sinais no Brasil e discorremos sobre os dados levantados sobre a presença dos profissionais no estado do Rio Grande do Sul.

2. Um breve histórico da constituição da profissão de tradutores/intérpretes de língua de sinais no Brasil

57

As primeiras atuações de tradutores/intérpretes de língua de sinais não são recentes. Nesse sentido, Maria Cristina Laguna (2015) apresenta uma pesquisa realizada no Instituto Nacional de Educação e Integração dos surdos – INES, na qual reúne documentos históricos sobre a Educação de Surdos, em âmbito nacional, bem como atas, relatórios e cadernos de registros do referido instituto.

Laguna (2015) menciona alguns registros sobre professores que atuaram como intérpretes na década de 1950, informações que ela extrai da obra intitulada *O INES e a Educação de Surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos*, de Solange Rocha (2008). De acordo com essa pesquisadora, as traduções e interpretações ocorriam, em especial, em cerimônias organizadas pelo INES, ou em eventos promovidos por alunos deste instituto. Nesses últimos, a função de traduzir e interpretar era desempenhada, principalmente, por professores da disciplina de Educação Física, com quem os alunos tinham maior proximidade. Rocha (2008) menciona, na mesma obra, um acontecimento policial ocorrido em 1907, no estado do Rio de Janeiro, no qual foi solicitada a presença de intérprete ao INES porque havia uma pessoa surda envolvida no

episódio. Esses dados permitem dizer que o ofício já era considerado, assim como já se reconhecia que a comunicação entre surdos e ouvintes demandava intermediação. O trabalho realizado por Laguna (2015) permite rastrear a presença de tradutores/intérpretes de língua de sinais em meados do Século XIX, com a chegada de Eduard Huet ao Brasil, em 1855. A criação do INES, em 1857, marca o início da educação institucionalizada de surdos no país, o que significou, também, a presença e circulação de pessoas que desempenhavam a função de tradutores/intérpretes neste espaço.

Em período mais recente, registra-se a atuação pública de alguns tradutores/intérpretes, particularmente no âmbito de instituições religiosas. Conforme Leite (2005), a primeira intérprete no país a traduzir um evento oficial foi Denise Coutinho, no ano de 1987, durante a Assembleia Nacional Constituinte. Naquela ocasião, os surdos foram representados por Ana Regina de Souza Campello e João Carlos Carreira Alves, ambos surdos e militantes de comunidades surdas, e foi Denise Coutinho quem atuou nas sessões em que se discutiram direitos de pessoas com deficiência.

58

Nesse mesmo período, Ricardo Sander se destaca por ser o primeiro intérprete a sinalizar o *Hino Nacional Brasileiro* em eventos oficiais da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – FENEIS². Em 1988, a FENEIS organizou o I Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, evento que possibilitou o intercâmbio entre intérpretes do Brasil, bem como uma avaliação sobre aspectos ligados à tradução e interpretação. Em 1992, ocorreu o II Encontro Nacional de Intérpretes de Língua de Sinais, oportunidade em que se deu a votação e aprovação do *Código de Ética dos Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais no Brasil*, documento que faz parte do regimento interno do Departamento Nacional de Intérpretes da FENEIS.

A demanda pela acessibilidade linguística dos alunos surdos crescia rapidamente e foi pauta de intensas reivindicações da comunidade surda; em decorrência, no final da década de 1990, iniciam-se os cursos de formação de tradutores/intérpretes de Libras promovidos pela FENEIS em vários estados da federação. No estado do Rio Grande do Sul, foi criado um escritório da FENEIS, com o propósito de apoiar as lutas pelos direitos das comunidades surdas e propiciar a formação dos profissionais que atuariam com a Língua Brasileira de Sinais.

Nos termos do Decreto 5.626/05, Art 2º, “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras”

Também determina que a “Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas” (BRASIL, 2005, Art 3º).

Visando ampliar as ações de formação e adequar-se às exigências legais do referido decreto, o Ministério da Educação lança, em 2006, o Exame Nacional de Proficiência no Ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a obtenção de Certificação de Proficiência na Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa – PROLIBRAS. Esse exame passa a ocorrer, anualmente, entre 2006 e 2015. Nos dez anos posteriores à publicação do Decreto nº 5.626/05, ampliaram-se as discussões e os estudos acadêmicos, bem como se delinearam ações na direção de consolidar a profissão no âmbito das universidades brasileiras. Nesse sentido, Russo (2010) explica que, em 2008, teve início o curso de Bacharelado em Letras/Libras promovido pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e ofertado na modalidade de ensino a distância, com 15 polos nos quais se reuniam os estudantes. Esse foi o primeiro curso de formação em nível superior ofertado no país. Em 2014, o curso teve nova edição, também na modalidade de educação a distância, desta vez abrangendo três estados brasileiros. Ainda que essa oferta não tenha sido suficiente frente às demandas colocadas em diferentes estados do Brasil, foi uma iniciativa pioneira e permitiu a formação e a ampliação das possibilidades de atuação para diferentes profissionais.

59

3. Aspectos históricos sobre a profissão de tradutor/intérprete de língua de sinais no estado do Rio Grande do Sul

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul organizou, em 1997, em parceria com a FENEIS/RS, o primeiro curso de formação para tradutores/intérpretes de língua de sinais. O evento contou com a participação de professores ligados ao Núcleo de Pesquisas em Políticas Educacionais para Surdos – NUPPES/UFRGS. Maricela Schuck (2011), na dissertação intitulada *A educação dos surdos no RS: currículos e formação de professores de surdos*, afirma que o NUPPES surgiu em 1996, sob a coordenação do professor argentino Carlos Skliar. Em 2004, com o fim do vínculo do professor Carlos Skliar com a UFRGS, o núcleo se desfez, tendo a maioria das integrantes concluído o doutorado e assumido a docência no Ensino Superior. Para articular pesquisas que se desenvolviam em diferentes instituições, em 2006, foi criado o Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Educação de Surdos – GIPES, do qual participam

pesquisadores de diversas universidades do Rio Grande do Sul. A ação de comunidades surdas, da FENEIS/RS e de pesquisadores do NUPPES junto à Secretaria Estadual de Educação e à Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado - FADERS possibilitou que fossem estabelecidas novas diretrizes para a Educação dos Surdos, levando a efeito, no âmbito das políticas educacionais, os direitos estabelecidos para pessoas surdas.

60

Tomando como referência algumas pesquisas desenvolvidas no campo dos Estudos Surdos, que enfatizam conquistas na área da Educação de Surdos e lutas em prol de políticas linguísticas e culturais das comunidades surdas, Schuck (2011) afirma que o estado do Rio Grande do Sul pode ser considerado precursor devido a dois importantes aspectos que concernem às lutas surdas: por um lado, em mudanças conceituais na abordagem da temática em pesquisas acadêmicas e, por outro, em redefinições no âmbito de instituições governamentais. Esse foi um dos primeiros estados do Brasil a reconhecer a Libras como meio de comunicação e expressão das pessoas surdas, por meio da lei estadual nº 11.405/99 (antes, portanto, que se reconhecesse e se oficializasse esta língua em âmbito nacional). A referida lei estadual afirma, em seu Art.2º, que “fica assegurado aos surdos o direito à informação e ao atendimento em toda a Administração Pública, direta e indireta, por servidor em condições de comunicar-se através da LIBRAS” (RIO GRANDE DO SUL, 1999)³. Mesmo sem orientações sobre quem seriam esses “servidores”, essa lei respalda os surdos no uso da língua de sinais como forma de acesso e comunicação.

De acordo com Quadros (2004), desde 1988 são realizados encontros sistemáticos entre pesquisadores, professores e tradutores e intérpretes no Rio Grande do Sul, com o propósito de discutir a função e as especificidades da profissão. A autora destaca que o estado dá o primeiro passo no sentido de normatizar o trabalho dos tradutores/intérpretes de língua de sinais quando estabelece um regulamento que orienta essa atuação⁴. O referido regulamento conceitua a profissão e descreve quem poderá atuar como intérprete, estabelecendo as normas e critérios para isso. Destaca-se no texto que:

- 3) Haverá três tipos de intérpretes: o profissional, o com atestado e o temporário:
 - a) O intérprete profissional deverá ter realizado o curso de intérprete pela FENEIS – RS e ter recebido o certificado emitido pela mesma, que o reconhece como profissional intérprete.
 - b) O intérprete com atestado ainda não tem o certificado, mas é fluente em LIBRAS e reconhecido pela FENEIS – RS como profissional intérprete. Este atestado terá validade até o próximo curso de intérprete promovido pela FENEIS-RS e/ou até 1 (um) ano, podendo ser renovado.

c) Os intérpretes temporários são aqueles que atuam em determinadas situações, com o respaldo de um certificado emitido pela FENEIS-RS para esta determinada situação. Após, seu certificado não será mais válido. (QUADROS, 2004, p. 42).

Essa forma de caracterização possivelmente se produz por meio de intensos debates, e como traço visível de mudanças políticas e filosóficas que se processavam em um período em que não havia formação específica para os profissionais desta área, e também não havia número expressivo de pessoas atuando. Considera-se, no regulamento mencionado, a atuação de intérpretes empíricos⁵, certificados pela FENEIS-RS, para determinadas atuações ou para atuação provisória até que se assegure uma formação profissional.

4. O recurso às fontes orais como meio de produzir dados históricos

No percurso desta investigação, recorreremos a dados históricos, documentos e pesquisas desenvolvidas. Contudo, o recurso à entrevista se apresenta como estratégia completar, tendo o propósito de permitir uma mirada mais aproximada a elementos que compõem o tramar dessa profissão no Rio Grande do Sul. A escolha da tradutora intérprete entrevistada decorreu do fato de ela ter vivenciado experiências formativas, avaliativas e de atuação que servem para pensarmos como esta profissão foi se constituindo. Além disso, ela atuou, e ainda atua, como professora nos cursos de tradução/interpretação ofertados na cidade de Pelotas.

A intérprete com quem dialogamos sobre os processos iniciais de certificação de tradutores/intérpretes no Rio Grande do Sul faz parte dos nossos contatos na rede social *Facebook*. Enviamos uma mensagem pelo *Messenger*, indagando sobre a possibilidade de realizar uma primeira conversa, voltada à sistematização de dados históricos. Explicamos que essa conversa seria de extrema importância, uma vez que não tínhamos encontrado registros documentais relativos a alguns tópicos que pretendíamos abordar. Perguntamos se ela tinha as certificações dos cursos para intérprete de língua de sinais que ela realizou, e pedimos para que ela os levasse no dia do nosso encontro.

Diante do aceite, marcamos uma entrevista, munidas de um guia, com tópicos que remetiam a aspectos históricos da profissão de tradutor/intérprete de Libras na cidade de Pelotas/RS, experiências de atuação e formas de certificação e de avaliação (ou de validação) do trabalho. A entrevista foi registrada em áudio e, posteriormente, transcrita. No processo de análise, selecionamos fragmentos que colaboram para constituir um panorama da profissionalização. Neste artigo, os excertos selecionados aparecerão em itálico, como forma de distingui-los de outras citações constantes no texto. Para resguardar o anonimato, sugerimos

que ela escolhesse um nome fictício, pelo qual seria identificada em produções acadêmicas, e o nome escolhido foi Maria.

Entendemos que a entrevista, na pesquisa em Educação, é um recurso importante para a produção de dados. Mas é também espaço de produção (afirmação ou contestação) de significados culturais. Gaskell (2011) conceitua entrevista como ferramenta de caráter qualitativo que visa a fornecer dados para a compreensão detalhada da vida dos entrevistados em contextos sociais específicos. Para permitir que o entrevistado construa sua narrativa, o autor afirma serem importantes algumas estratégias. A primeira é a elaboração de um “Tópico Guia”, pelo pesquisador, que consiste em um conjunto de tópicos a serem apresentados em forma de perguntas ao entrevistado. Segundo ele, os tópicos funcionam como uma espécie de agenda durante a entrevista e, mais ainda, como âncora para a memória. Não se trata, portanto, de um roteiro de questões determinadas, e sim de um roteiro de temas que serão propostos para a construção das narrativas, por parte dos entrevistados.

62

Silveira (2007) conceitua a entrevista como um evento discursivo no qual os significados são constituídos a partir das narrativas dos entrevistados e da participação do entrevistador. Ela argumenta que a interlocução ocorre a partir dos atravessamentos sociais e culturais que compõem as experiências narradas pelos entrevistados e, nesse processo de construção de sentidos, o entrevistador re/constitui tais discursos, imprimindo, ele mesmo, novos sentidos. A autora salienta que, em uma entrevista, há três personagens: o entrevistador, o entrevistado e o público para quem entrevistador e entrevistado destinam a mensagem. Nesse jogo tríplice, o entrevistador age como porta-voz do público e o entrevistado se preocupa em construir uma imagem aceitável, buscando formas de portar-se durante a entrevista para que suas colocações sejam aceitas por quem terá acesso à mensagem transcrita. Nas intervenções do entrevistador estariam impressas também suas impressões sobre o assunto abordado, e estas marcam, de algum modo, as formas de dizer e a produção de sentidos no processo do entrevistar e do ser entrevistado.

Assim como a entrevista é um espaço no qual opera o poder e se constituem sentidos, também o ato de transcrever e, posteriormente, de analisar os dados, implica produção e certa dose de tradução, pois se entende, aqui, que a linguagem não é um veículo neutro, transparente, no qual se expressam os sentidos das coisas, e sim uma engrenagem na qual os sentidos são produzidos por meio do processo em que os acontecimentos são descritos. Com base nos argumentos apresentados, os dados gerados na entrevista realizada com Maria não devem ser

tomados como expressões de “uma verdade absoluta”, nem como evidência de eventos e de situações, e sim como parte de um processo no qual se ressignificam acontecimentos e se produzem representações através da linguagem.

5. Histórias vividas e contadas sobre a profissionalização dos tradutores/intérpretes de língua de sinais no extremo sul do país

Durante o processo de entrevista, Maria relatou que, em geral, só se tornavam intérpretes aqueles que dominavam a língua de sinais, o que ocorria, por exemplo, com familiares de surdos ou pessoas que já atuavam em espaços onde havia presença de surdos (mas somente quando estes surdos também utilizavam Libras). Na década de 1990, com as lutas pelo reconhecimento da língua de sinais e pela garantia de continuidade da educação e ingresso das pessoas surdas no Ensino Médio, surgiram os primeiros intérpretes na cidade de Pelotas. A primeira formação conferida a esses profissionais ocorreu em fevereiro de 2000, por meio de uma parceria entre a Associação dos Surdos de Pelotas – ASP, a Escola Especial de Ensino Fundamental para Surdos desta cidade e a FENEIS/RS. Maria explica que a associação de surdos se responsabilizou pelas despesas com a estadia de Ricardo Sander, professor que ministrou o curso para tradutores/intérpretes de Libras, enquanto que a Escola de Surdos encaminhou alguns professores que já trabalhavam com surdos e que aceitaram atuar como intérpretes. O presidente da FENEIS/RS naquele período, Carlos Alberto Góes, acompanhou o passo a passo do processo.

De acordo com Maria, o primeiro curso foi intensivo e totalizou 24 horas. Durante a entrevista, tive acesso às três certificações de Maria, referentes aos primeiros cursos de tradutores/intérpretes que ela realizou: a primeira, no ano 2000, com o total de 24 horas; a segunda, realizada em 2002, com 150 horas; a terceira, em 2004, totalizando 104 horas. As três formações ocorreram na cidade de Pelotas/RS e foram ministradas por representantes da FENEIS/RS. Vale ressaltar que, na atualidade, as formações têm duração média de 400 horas. Lacerda (2010) ressalta que, levando-se em conta a heterogeneidade em relação ao desempenho dos tradutores/intérpretes dessa época e a urgência em ampliar o número de tradutores/intérpretes, a FENEIS oferecia cursos de curta duração.

A certificação do primeiro curso se deu por meio de um atestado, ainda que, conforme regimento da FENEIS/RS, “o intérprete com atestado ainda não tem o certificado, mas é fluente em LIBRAS e reconhecido pela FENEIS – RS como profissional intérprete” (QUADROS,

2004, p. 42). Na imagem a seguir, apresentam-se frente e verso do atestado mencionado, no qual consta, entre outras informações, o cronograma dessa primeira certificação recebida por Maria.

Figura1 - Primeira certificação como intérprete de língua de sinais, conferido pela FENEIS/RS na cidade de Pelotas/RS.



64

Fonte: Acervo pessoal das pesquisadoras.

Ao analisar o conteúdo programático desse primeiro curso, percebemos uma ênfase nos aspectos éticos, com prescrições relativas à postura desse profissional. Parece haver também uma preocupação com os “aspectos físicos” relacionados ao lugar em que o tradutor/intérprete deveria estar posicionado, constituindo-se, assim, um espaço “visível” no plano discursivo. Maria explica, ao longo da entrevista, que, nesse curso, aprendeu que o tradutor/intérprete deveria ocupar lugar central e à frente, para que os surdos pudessem visualizar suas expressões durante a atuação. Há, portanto, um investimento no sentido de ordenar e regular os espaços

físicos, com base em conceitos de visibilidade e de facilidade de captação de uma mensagem pelos surdos.

Ao se referir ao período no qual ocorreu a primeira formação, Maria destaca que a demanda por intérpretes de língua de sinais aumentava rapidamente na cidade e, por isso, havia a necessidade de expandir a presença para além dos espaços educacionais, como forma de assegurar a inclusão social dos surdos. Então, antes de realizar o curso de intérprete ministrado pela FENEIS/RS, a Associação de Surdos de Pelotas organizou um curso de língua de sinais e formou instrutores. Sobre isso, especificamente, Maria relata que:

Anteriormente ao curso de intérprete, no mês de janeiro, dois professores surdos que já estavam certificados como instrutores de Libras pela FENEIS/RS realizaram um curso intensivo de língua de sinais. Terminando esse curso, nós passamos por uma banca que era formada só por surdos da diretoria da associação de surdos e, nessa banca, por incrível que pareça, eles organizaram um texto para a gente traduzir, porque entre os surdos da banca, dois que conheciam a língua portuguesa liam o texto e acompanhavam o que nós estávamos traduzindo. E, entre nós, um colega lia o texto para o outro traduzir, e nós ficávamos ali sofrendo porque dava aquela aflição quando um de nós lia o texto para o outro colega que não conseguia traduzir. Desses trinta colegas que chegaram à banca, somente oito ou nove passaram para o curso de intérprete ministrado no mês seguinte por Ricardo Sander.

65

O relato em destaque traz uma importante informação: a de que a certificação era conferida por uma banca composta por pessoas surdas, e estas definiam se o candidato possuía a fluência necessária para atuar na profissão. Assim, as primeiras arguições sobre a fluência em Libras se davam em um contexto concreto de uso, e a compreensão da mensagem pelos surdos presentes era central na definição dos aprovados. O regulamento dos intérpretes do Rio Grande do Sul também estabelece, em seu quarto parágrafo, que “todo o intérprete deverá ser fluente em LIBRAS e Português (expressão e recepção), isto é, deverá ser capaz de traduzir ou interpretar e de fazer versão de e para LIBRAS, de e para Português. Sugere-se que o intérprete aprenda outras línguas (sinais e/ou orais)” (QUADROS, 2004, p. 43). O recorte extraído da entrevista com Maria também permite entender que a avaliação se dava por critérios levados a efeito na certificação de um pequeno número de candidatos, ao final do processo.

Além da FENEIS/RS, as Associações de Surdos de cada região também começaram a oferecer formações, e a presença de surdos em processos avaliativos desta natureza era frequente. Maria afirma que muitos dos candidatos já utilizavam a língua, mas poucos foram aprovados, o que permite pensar que não eram fluentes ou dominavam conjuntos de sinais que, ainda que úteis na comunicação entre surdos e ouvintes, não correspondiam às convenções da

língua. Obviamente, considerando a complexidade da Língua Brasileira de Sinais, um curso de 24 horas não seria suficiente para aprender e desenvolver fluência, por isso a participação estava condicionada a um conhecimento prévio da língua. Ao ser questionada sobre o que havia ocorrido com as pessoas que reprovaram ao final da primeira formação oferecida no município de Pelotas, Maria informou que “*esses continuaram como professores*” e, portanto, o atestado não era requisito obrigatório para a atuação neste contexto. Pedimos que Maria detalhasse a forma de avaliação desse primeiro curso de formação para intérpretes, e ela explicou o seguinte:

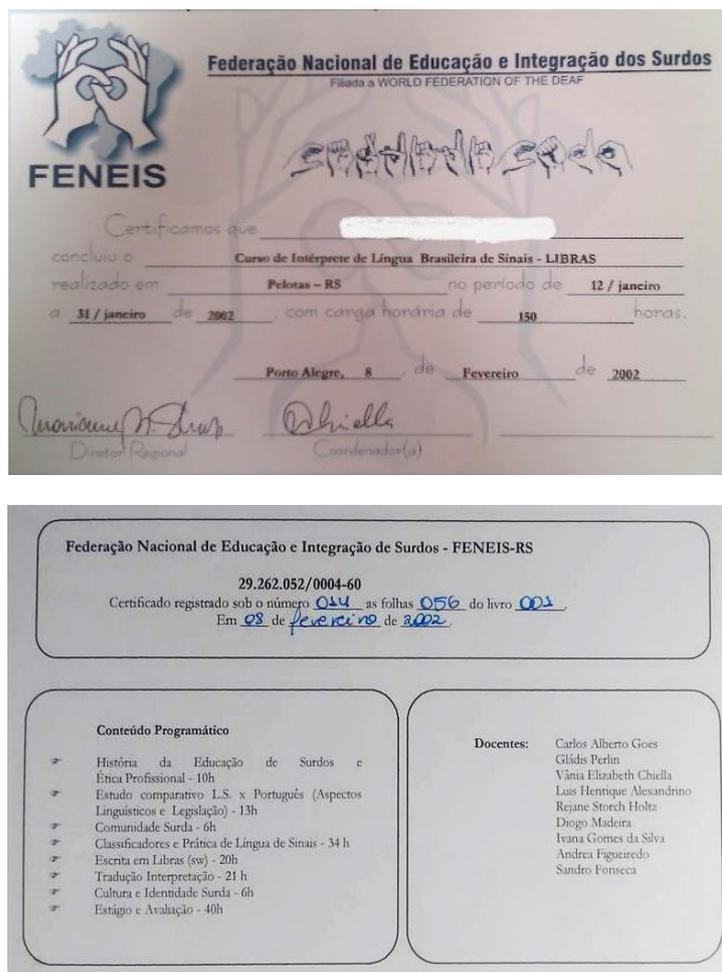
Nós traduzíamos um texto e depois fazíamos a voz de um surdo, e outro intérprete escrevia o que o intérprete estava dizendo sem olhar para o surdo que estava sinalizando. Era uma coisa muito doida. Por exemplo, tinha um surdo sinalizando de um lado e o intérprete posicionado à frente do surdo fazendo a versão (voz), enquanto outro intérprete, de costas para os dois, escrevia o que o intérprete estava dizendo sem olhar para o surdo.

66 Essa forma de avaliação, constituída em um período em que não havia outras referências para a formação desses profissionais, gradativamente se modificou, embora continue a ocorrer, nos dias atuais, como parte do processo, no âmbito da prova prática. A clareza e competência nas línguas portuguesa e de sinais, os domínios dos processos e técnicas de tradução e interpretação, a postura, a expressão e o uso de recursos corporais e espaço-temporais durante a tradução, entre outros aspectos, são pré-requisitos para as avaliações dos cursos de tradutores/intérpretes que ocorrem no presente.

Ainda que o enfoque estivesse sobre a fluência da língua, após analisar o conteúdo programático das certificações de Maria, observamos que também ali havia a preocupação com os aspectos tradutórios e, principalmente, com a conduta desses profissionais. Nesse primeiro curso, Maria menciona que tanto a avaliação inicial para ingresso no curso como a avaliação final foram realizadas por surdos.

Conforme mencionado, as outras certificações conferidas pela FENEIS/RS ocorreram na cidade nos anos de 2002 e 2004. Apresentamos, a seguir, imagens da segunda certificação conferida aos tradutores/intérpretes de língua de sinais na cidade de Pelotas/RS em 2002 – 150 horas.

Figura 2 - Certificado da segunda formação para intérpretes promovida na cidade de Pelotas pela FENEIS/RS.



Fonte: Acervo pessoal das pesquisadoras

Sobre a segunda formação, Maria menciona que a participação de profissionais foi mais expressiva e que muitos destes haviam realizado outros cursos na área, em Porto Alegre, deslocando-se para Pelotas no intuito de compartilhar seus conhecimentos. Entre eles estavam dois surdos, Carlos Alberto Góes e Gládis Perlin, além dos tradutores/intérpretes de Libras e formadores de intérpretes Sandro Fonseca, Ângela Russo e Maria Cristina Pereira.

Sobre o processo de avaliação desse segundo curso, Maria destaca que surdos e ouvintes participaram da seleção inicial e da avaliação final para a certificação e, em ambos os momentos, foram organizadas bancas. Na banca inicial, o objetivo era avaliar se os candidatos já conheciam a língua, pois esse era um pré-requisito para ingresso, e, na banca final, ocorria a avaliação do que os candidatos teriam aprendido, das competências tradutórias trabalhadas durante o curso.

O segundo curso incluiu, conforme Maria, uma prática formativa:

O segundo curso teve estágio, o Sandro Fonseca conseguiu um estágio em um congresso que ocorria na UFPEL. Eu lembro que não tinha surdo, mas nós éramos um grupo de quatro pessoas para traduzir. E era horrível! Porque eram umas palestras que não tinham nada a ver e o Sandro avaliava. Eu lembro que eu traduzi uma palestra de inseminação artificial em suínos. HORRÍVEL!

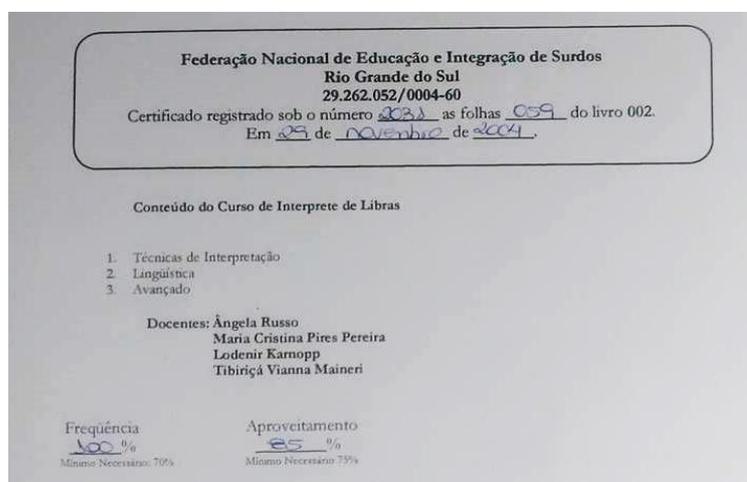
68

Ao que parece, a preocupação em avaliar o desempenho dos candidatos em situações de uso da língua soma-se a de aferir a sua habilidade para realizar o trabalho em frente a um grande número de ouvintes. Além disso, ao se analisarem os conteúdos programáticos que constam no verso do certificado dessa segunda formação, chama atenção a ampliação de tópicos relacionados à gramática, tradução/interpretação da língua de sinais e Língua Portuguesa, associados a outros, concernentes à história da Educação dos Surdos, cultura e a identidade surda. Conforme destacado na primeira parte deste artigo, há um conjunto de fatores que colaboram para dar visibilidade à cultura surda e para colocar em discussão as perspectivas clínicas e terapêuticas sobre a surdez. O reconhecimento da língua de sinais, por meio da lei nº 10.436/02, proporcionou uma mudança nos currículos de formação dos tradutores/intérpretes de língua de sinais, incluindo-se outros aspectos que na primeira formação não eram abordados, além de expandir os espaços de atuação profissional mediante a obrigatoriedade da presença de intérpretes em espaços educacionais e de representação política, por exemplo.

Ao se referir à terceira formação, Maria salienta que, no terceiro curso, não houve estágio, e, na banca final, estavam duas ouvintes – Ângela Russo e Maria Cristina Pereira. *“Posso afirmar que foi mais TÉCNICO, bem mais focado na área da tradução e interpretação”*, explica ela. Em 2004, quando ocorreu a terceira formação a que se refere Maria, provavelmente já havia aumentado o número de pessoas que utilizavam e conheciam a Libras. É possível pensar que o contexto social e educacional exigia fluência na língua, mas também domínio de estratégias de tradução e interpretação, assim como de técnicas tradutórias.

Os conteúdos trabalhados nessa terceira edição evidenciam um enfoque nos aspectos técnicos da profissão, ou seja, parece haver uma preocupação com o domínio de tais técnicas de forma mais centrada nos processos de tradução e interpretação da língua de sinais.

Figura 3 - Certificado da terceira formação para intérpretes promovida pela FENEIS/RS, na cidade de Pelotas/RS em 2004 – 104 horas.



Fonte: Acervo pessoal das pesquisadoras

Sobre a profissionalização dos tradutores/intérpretes de língua de sinais no Rio Grande do Sul, Laguna (2015), referindo-se a sua trajetória profissional e aos cursos que realizou na cidade de Porto Alegre/RS, menciona que sua primeira formação como tradutora/intérprete ocorreu em 2000, em um curso da FENEIS/RS, em parceria com o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, tendo como professores Ricardo Sander e Ronice Muller Quadros. Ela destaca que o curso reuniu pessoas de várias regiões do Rio Grande do Sul que já atuavam como intérpretes empíricos e/ou eram professores de surdos. Conforme explica a autora, as primeiras contratações de tradutores/intérpretes nas universidades de Porto Alegre eram por Registro de Pagamento Autônomo – RPA, e, só depois, ocorria registro profissional. Como, naquela época, a profissão ainda não era regulamentada, a autora afirma que “os intérpretes tinham suas

carteiras assinadas com outras funções, que iam desde serviços gerais até auxiliar de professor” (LAGUNA, 2015, p, 22).

Voltando ao contexto da cidade de Pelotas, depois do ano de 2004, as formações para tradutores/intérpretes de língua de sinais passaram a ocorrer por meio de cursos de capacitação com um total de 400 horas. Estes cursos eram ministrados pela Universidade Católica de Pelotas, em parceria com a Prefeitura Municipal (em função da instituição de escolas inclusivas). O município ofertava bolsas como contrapartida, primeiramente para funcionários interessados em se tornarem intérpretes, porém, no caso de não preenchimento de vagas, as bolsas eram destinadas à comunidade, mediante avaliação da Secretaria Municipal de Educação e Desporto – SMED.

A Universidade Católica realizou duas edições do curso para tradutores/intérpretes de língua de sinais, a primeira entre os anos 2006 e 2007 e a segunda entre 2008 e 2009. Nos sete anos seguintes, não ocorreram cursos de capacitação para tradutores/intérpretes de Libras na cidade. Porém, a demanda por acessibilidade linguística das pessoas surdas em Pelotas e na região aumentou significativamente. Diante da urgência em formar profissionais para atuar em diversos contextos comunicacionais no extremo sul do estado, em 2016, o Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFSUL ofertou um curso de formação para tradutores/intérpretes de língua de sinais. Para a realização desse curso, articularam-se as seguintes instituições: Universidade Federal de Pelotas – UFPEL, Universidade Federal do Pampa – Unipampa/Jaguarão, Universidade Federal do Rio Grande – FURG e Instituto Federal do Rio Grande do Sul – IFRS. Essas instituições contribuíram cedendo seus profissionais da área para atuarem como professores.

Ressalta-se que este foi o primeiro curso, realizado em Pelotas/RS, a formar um tradutor/intérprete de língua de sinais surdo. Interessante, ainda, que a língua utilizada para ministrar as aulas foi a língua de sinais. De acordo com Maria, a presença de um colega surdo possibilitou trocas significativas durante as aulas, e uma experiência inovadora para os professores ouvintes que adaptaram os conteúdos das aulas para contemplar as especificidades linguísticas e culturais presentes naquele espaço.

Em 2017, a Universidade Federal de Pelotas (em parceria com outras instituições, entre elas a Prefeitura Municipal de Pelotas – SMED e a Universidade Federal do Rio Grande – FURG, e com o apoio da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais – FEBRAPILS) ofertou um curso de

aperfeiçoamento para tradutores/intérpretes de Libras da região Sul. Essa formação foi ministrada por profissionais da área da tradução/interpretação da língua de sinais de vários estados do Brasil.

Nesse texto, apresentamos alguns aspectos da história dos tradutores/intérpretes no extremo sul do país. Esperamos que os dados aqui mencionados possam contribuir com as discussões sobre os processos de profissionalização e os significados produzidos sobre essa profissão no decorrer da história. Processo semelhante ao aqui relatado possivelmente ocorreu em outros estados, e, certamente, as formações oferecidas a esses profissionais marcam e colaboram para dar visibilidade às especificidades linguísticas e culturais das comunidades surdas, além de favorecer pessoas em suas necessidades de comunicação.

Considerações finais

Aspectos históricos e atuais sobre a profissionalização e a atuação de tradutores/intérpretes de Libras foram apresentados para delinear percursos da profissão. Particularidades dos processos por meio dos quais os primeiros profissionais foram sendo formados e certificados são importantes para se pensarem as condições que possibilitam a mediação comunicativa no presente, bem como para refletirmos sobre os sentidos atribuídos a essa profissão. Ao retomar aspectos históricos, encontramos um terreno fértil para pensar contextos de uso da língua e embates em torno de sua tradução e interpretação.

A análise de documentos atinentes à profissão permite entender como neles são produzidos significados sobre a atuação dos tradutores/intérpretes de língua de sinais e como tais significados vão sendo também deslocados. A análise desses documentos mostra um investimento na produção de um perfil profissional, com propósitos distintos em cada tempo e contexto histórico, e vislumbra-se uma mudança de ênfase, antes voltada para a regulação da conduta do profissional e, mais recentemente, orientada para competências tradutórias e para o cumprimento de regras já consolidadas sobre a profissão. Ao olhar para essas normativas, passamos a considerar as condições históricas nas quais se produzem determinadas formas de “ser” tradutor/intérprete de língua de sinais, ao nos aproximarmos desses documentos passamos a refletir sobre diversas possibilidades para a profissão e para os sujeitos nela implicados.

Olhar para os processos de profissionalização dos tradutores/intérpretes de língua de sinais no extremo sul do país nos fez compreender os caminhos pelos quais essa profissão foi constituindo-se em meio às lutas em busca de reconhecimento e valorização da própria Língua

Brasileira de Sinais. As narrativas de Maria possibilitaram recuperar detalhes da profissionalização dos tradutores/intérpretes na cidade de Pelotas e nos fizeram refletir sobre a dimensão política dessa profissão, sobre as constantes buscas e investimentos em formação, e sobre o pioneirismo em algumas ações concernentes à formação desses profissionais. Os tradutores/intérpretes de língua de sinais foram, gradativamente, conquistando espaços e circunscrevendo um campo específico de atuação. Os significados associados à profissão de tradutores/intérpretes constituem-se em meio a relações de poder, tensões, conflitos, e vão sendo também disputados em instâncias e espaços nos quais atuam surdos e ouvintes no estado do Rio Grande do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm Acesso em: 23 fev. 2018.

BRASIL. **Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm Acesso em: 23 fev. 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais – LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm Acesso em: 26 fev. 2018.

BRASIL. **Lei 13.146 de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm Acesso em: 26 fev. 2018.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Lei nº 11.405, de 31 de dezembro de 1999:** Dispõe sobre a oficialização da LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.405.pdf> Acesso em: 28 fev. 2018.

GASKELL, G. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, M. W.; GEORGE, G. (Orgs.). **Pesquisa Qualitativa Com Texto imagem e Som:** Um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LACERDA, C. B. F. Tradutores e Intérpretes de Língua de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Cadernos de Educação**, FaE/PPGE/UFPel | Pelotas [36]: 133 - 153, maio/agosto 2010.

LAGUNA, M. C. V. **Moralidade, Idoneidade e Convivência**: discursos sobre as práticas dos repetidores de classe do INES no período de 1855 a 1910 que incidem na atuação profissional dos tradutores-intérpretes de língua de sinais da atualidade. 2015. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LEITE, E. M. C. Comunidade Surda Brasileira: Sua Língua e Educação. In: **Os Papeis do intérprete de Libras na sala de aula inclusiva**. Coleção Cultura e Diversidade. Petrópolis/RJ: Arara Azul, 2005.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2004.

ROCHA, S. M. **INES e a Educação de Surdos no Brasil**: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos. Vol. 01- Rio de Janeiro: Editora INES, 2008.

RUSSO, Â. **Intérpretes de Língua de Sinais**: Uma posição discursiva em construção. 2010. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SILVEIRA, R. M. H. A entrevista na pesquisa em educação: uma arena de significados. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos Investigativos II**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

SCHUCK, M. **A educação dos surdos no RS**: currículos de formação de professores de surdos. 2011.154 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

ⁱ Daiana San Martins GOULART – Mestre em Educação (2017) pela Universidade Luterana do Brasil. Especialista em Atendimento Educacional Especializado (2015) pelo Instituto Eficaz. Especialista em Educação de Surdos (2013) pela Universidade Federal de Pelotas. Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional (2011) pelo Portal Faculdades. Graduação em Pedagogia (2010) pela Universidade Luterana do Brasil. É tradutora e intérprete da Língua Brasileira de Sinais na Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2502674466938381> E-mail: daianasmgoulart@gmail.com

ⁱⁱ Iara Tatiana BONIN – Doutora em Educação (2007) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Educação (1999) pela Universidade de Brasília. Especialista em Pedagogia Pré-Escolar (1989) pela Universidade Federal de Santa Catarina. Graduada em Pedagogia (1989) pela Universidade Federal de Santa Catarina. É professora na Universidade Luterana do Brasil. É bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq – Nível 2. Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7925856179663459> E-mail: itbonin@gmail.com

¹ Trata-se da classificação oficial do Ministério do Trabalho (cuja primeira versão surgiu em 1982) na qual se reconhecem, nomeiam e codificam as profissões existentes e se descrevem as características das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. O cargo de “Tradutor-intérprete de Língua de Sinais” figura sob o nº 2614-25, e tal nomenclatura tem, como sinônimas, outras expressões tais como: guia-intérprete; intérprete de Libras;

intérprete educacional; tradutor de Libras, conforme informações constantes em <http://www.ocupacoes.com.br/cbo-mte>.

² Instituição filantrópica com finalidade sociocultural, assistencial e educacional. Tem por objetivo a defesa e a luta dos direitos da comunidade surda brasileira.

³ Disponível em: <<http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/11.405.pdf>>. Acesso em jan. 2019.

⁴ Esse regulamento encontra-se no livro *O Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais e Língua Portuguesa*.

⁵ Eram pessoas que conheciam a língua de sinais, sabiam se comunicar nessa língua, mas não tinham uma formação específica. Geralmente eram ouvintes, filhos de surdos, denominados “codas”, ou pessoas que tinham algum vizinho surdo, ou mantinham contato com pessoas surdas e que, informalmente, lhes ensinavam a língua.